

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Notícias Gerais

Período de Análise: 01/12/2014 a 31/12/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Famato defende operação 'Terra Prometida' – O Estado de São Paulo, Política. 02/12/2014.....	3
Irmãos de ministro da Agricultura deixam a prisão em Cuiabá. Fátima Lessa – O Estado de São Paulo, Política. 05/12/2014.....	3
Fortalecimento da agricultura familiar e qualidade de vida no campo são tratados em reunião da Fetraf. João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 09/12/2014	4
Seminário Internacional discute segurança alimentar, desenvolvimento sustentável e a governança responsável da terra - Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 11/12/2014.....	5
Arlindo Falco Junior: Nova praga - Folha de São Paulo, Opinião. 17/12/2014.....	6
Marcos Palmeira vira corrupto na TV e repete Marina Silva ao falar de política. Mônica Bergamo – Folha de São Paulo, Colunistas. 21/12/2014	7
Tesouro obtém R\$ 18 milhões com renegociação e liquidação. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 26/12/2014	9
Corte manual da cana em SP segue no foco do Ministério Público. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 26/12/2014	10
Tereza Campello é confirmada como ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 31/12/2014.....	12

Famato defende operação 'Terra Prometida' – O Estado de São Paulo, Política. 02/12/2014

A Federação de Agricultura de Mato Grosso (Famato) divulgou nota nesta terça-feira defendendo as investigações envolvendo lideranças e produtores rurais do Estado na operação "Terra Prometida", da Polícia Federal, mas criticando o que chamou de "onda de sensacionalismo e a exposição exagerada e desnecessária dos investigados".

Segundo a federação, qualquer acusado "é considerado inocente até que seja condenado pelo Judiciário", destacando que entre os investigados estão "pessoas com consideráveis serviços prestados ao desenvolvimento de Mato Grosso". A operação da PF foi deflagrada na quinta-feira (27) e entre os presos estão dois irmãos do ministro da Agricultura, Neri Geller, acusados de que possuir mais de 15 lotes no assentamento Itanhangá/Tapurah, obtidos de forma irregular. Esses terrenos estariam sendo ocupados e revendidos pelos envolvidos.

Irmãos de ministro da Agricultura deixam a prisão em Cuiabá. Fátima Lessa – O Estado de São Paulo, Política. 05/12/2014

Odair Geller e Milton Geller foram presos pela Polícia Federal por suspeita de envolvimento com esquema de fraudes em loteamentos para reforma agrária em Mato Grosso

Cuiabá - Os irmãos do ministro da Agricultura, Neri Geller, Odair e Milton Geller deixaram a prisão no Centro de Custódia de Cuiabá (CCC) na noite dessa quinta-feira, 5, segundo informações da assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança Pública. Eles estavam presos desde a última quinta-feira, 27 de novembro, sob a acusação de integrarem uma quadrilha de fraudadores de loteamentos da reforma agrária no interior de Mato Grosso, desarticulada pela Polícia Federal (PF) na Operação Terra Prometida.

Os irmãos Geller foram beneficiados por habeas corpus conseguido na quarta-feira, pelo advogado do produtor rural Antônio Ad Mattei, detido no presídio de Ferrugem, em Sinop (MT). Depois de aceitar os argumentos do advogado, Valber Mello, o juiz federal Pablo Zuniga Dourado, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) decidiu estender o benefício para os outros presos.

A operação Terra Prometida desarticulou uma organização criminosa com atuação na região de Lucas do Rio Verde (364 km de Cuiabá) e Itanhangá (427 km de Cuiabá) que fraudava documentação de concessão em terras da reforma agrária em dois loteamentos, o de Itanhangá e o de Tapuráh. O ministro Néri Geller foi citado no inquérito da operação. Ele nega qualquer envolvimento e disse se colocar à disposição das investigações.

De acordo com a assessoria da PF, as apurações começaram em 2010 e identificaram irregularidades na concessão e manutenção de lotes destinados à reforma agrária. Entre os integrantes da organização estão oito servidores do Incra. A fraude foi avaliada até agora em R\$ 1 bilhão.

Ao saírem da cadeia Milton Geller afirmou que é inocente. "Nós vamos provar nossa inocência", declarou rapidamente. Ele mora em Nova Mutum e Odair em Lucas do Rio Verde.

De acordo com a decisão do TRF1, oito investigados que também estavam presos desde o dia 27 de novembro foram liberados na noite da quinta-feira.

O advogado dos irmãos Geller, Murilo Freire, disse nesta sexta-feira, que agora aguardará o fim da instrução criminal para que possa apresentar a defesa dos seus clientes. Segundo ele, os Geller estão tranquilos com relação às acusações.

A decisão. Em sua decisão o juiz entendeu que houve constrangimento ilegal ao agricultor, pois a decisão da Justiça Federal de Diamantino, não indicou "concretamente os motivos para prendê-lo". "Entendo que no presente caso está havendo constrangimento ilegal, decorrente da segregação cautelar do paciente, pois a decisão judicial não indica concretamente qual o fato que enseja a prisão provisória".

Noutro trecho da decisão, para justificar a extensão da decisão aos outros presos, o juiz diz: "Na medida em que utilizo o argumento jurídico da fundamentação genérica para todos s investigados, estendo o ofício a presente decisão a todos os investigados que já se encontram presos, salvo para aqueles que eventualmente estiverem foragidos".

A revogação das prisões preventivas prevalecerá até o julgamento do mérito do pedido de habeas corpus.

O juiz determinou que a prisão dos acusados sejam substituídas por medidas restritivas como a proibição de se ausentarem de seus domicílios por período superior a um mês, ressalvada possibilidade de autorização judicial e a obrigação de informar eventual mudança de endereços. "Determino a imposição das mesmas medidas cautelares já impostas na decisão objurgada aos demais investigados".

Fortalecimento da agricultura familiar e qualidade de vida no campo são tratados em reunião da Fetraf. João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 09/12/2014

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, fez um balanço das políticas públicas voltadas aos agricultores familiares e prospecções de um futuro positivo para o rural brasileiro durante a Reunião da Direção Ampliada da Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf/Brasil), nesta terça-feira (9), em Brasília.

Miguel Rossetto destacou que o aumento da produtividade e da renda dos agricultores é a grande agenda do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para os próximos anos. "A ideia de produzir mais, estruturar a produção agroecológica, organizar economicamente o rural, incentivar agroindústrias e aumentar o poder econômico dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e trabalhadores rurais deve organizar a política do MDA no próximo período".

Ele apresentou dados do conjunto de programas oferecido pelo Governo Federal aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Garantia-Safra, Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) e as políticas de compras governamentais, como o Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), foram alguns dos temas abordados.

“Queremos fortalecer o rural e dar qualidade às pessoas que moram no campo. Estamos falando de cinco milhões de brasileiros que vivem nessas regiões. Então, temos que assegurar a felicidade desses moradores, fazendo com que eles tenham qualidade de vida na zona rural”, avaliou.

O coordenador-presidente da Fetraf, Marcos Rochinski, realçou que a instituição quer interceder pelo fortalecimento do MDA. “Nossa luta é para que o MDA seja o gestor de políticas como o ‘Minha Casa, Minha Vida Rural’ e o Pronatec Campo, pois é o ministério que compreende os meandros do rural brasileiro”, defendeu Rochinski.

A Reunião da Direção Ampliada da Fetraf Brasil segue até a próxima quinta-feira (11).

Seminário Internacional discute segurança alimentar, desenvolvimento sustentável e a governança responsável da terra - Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 11/12/2014

A necessidade da uma gestão responsável da propriedade e do uso da terra, que promova uma reforma agrária qualificada, de maneira a garantir a segurança alimentar, o desenvolvimento sustentável, a sucessão e o protagonismo de jovens e mulheres que vivem no rural. Essas foram as principais questões debatidas hoje, durante o primeiro dia do Seminário Internacional de Governança Fundiária, que reúne em Salvador (BA), nesta quarta e quinta-feira, gestores públicos, lideranças sindicais e acadêmicos do Brasil, México, França, Argentina e Uruguai.

O evento é a etapa conclusiva da parceria, firmada entre a Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que teve por objetivo promover o debate técnico-científico e político sobre os diferentes modelos de governança fundiária, permitindo a troca de experiências e o intercâmbio das políticas de ordenamento e regularização fundiária, a partir dos modelos trazidos pelos países participantes.

Em sua fala de abertura, o secretário de Reordenamento Agrário, Adhemar Almeida, reiterou a importância deste evento na obtenção de subsídios que permitam a formulação de propostas que visem o aprimoramento dos mecanismos de gestão da malha fundiária brasileira.

A Embaixadora do México no Brasil, Beatriz Parentes, ressaltou a relevância das diretrizes voluntárias da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) para a solidificação e o desenvolvimento do pequeno agricultor. "A agricultura familiar no mundo necessita de alianças sólidas com organizações comprometidas, como a FAO e o MDA, que se empenham na busca de avanços e melhorias para setor agrário e para quem nele vive", comentou.

Para o secretário de Política Agrária da CONTAG, Zenildo Xavier, o evento permite mais do que a integração de políticas e experiências. "O seminário e os demais intercâmbios dos quais participei, têm sido de fundamental importância para a elaboração de estratégias que venham resolver a questão agrária e fundiária sobre a posse da terra no Brasil, que para nós da CONTAG ainda é um desafio", comentou.

Programação

O segundo de Seminário (11), será dedicado a apresentação dos instrumentos e políticas de gestão da malha fundiária, bem como dos avanços obtidos e os desafios que os cinco países têm enfrentado.

O Seminário, que acontece no Hotel Othon Palace Ondina, é promovido pela SRA/MDA em parceria com UFSC, com o apoio da Seagri BA.

Serviço:

Seminário Internacional de Governança Fundiária

Dias 10 e 11 de dezembro, das 9h às 18h. Auditório Itapuã - Hotel Othon Palace Ondina - Avenida Oceânica, 2294 - Ondina, Salvador - BA

Arlindo Falco Junior: Nova praga - Folha de São Paulo, Opinião. 17/12/2014

Na crise de abastecimento de água que passa o Estado de São Paulo, as relações do homem com a natureza, suas ações e atividades econômicas e o modo de vida das pessoas sofrem um desgaste profundo com a escassez. É inevitável indagarmos quais foram as causas que levaram à situação atual, que parece longe de uma solução.

Várias são as razões e elas não ocorreram de uma hora para outra –convergiram ao longo do tempo para gerar esse cenário.

Apenas 10% da água consumida é para uso humano. Outros 20% vão para o consumo industrial e 70% para agricultura. Quando nos debruçamos sobre as causas da situação atual devemos ter isso em mente.

Os dados da safra 2013/2014 da cana-de-açúcar, segundo a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), indicam que existem 4,5 milhões de hectares de área plantada em São Paulo, o que corresponde a 18% da área total do Estado.

A produtividade média da safra foi de 82 mil kg/hectare. A quantidade de água necessária para a produção de cana-de-açúcar, portanto, é de 210 m³/t.

O índice pluviométrico médio no Estado de São Paulo nesse mesmo período foi de 1.120 milímetros. Com esses dados, chegamos à seguinte conclusão: o consumo de água na área plantada foi de 78,2 bilhões m³ e o total da chuva na área plantada foi de 50,9 bilhões m³. Com isso, sabemos que há um deficit de 27,3 bilhões m³ de água.

Toda a chuva na área plantada não foi suficiente para garantir a produtividade atingida, por isso foi necessário retirar do solo, do lençol freático, da umidade do ar, dos rios, das áreas próximas a quantidade de água consumida na safra.

Na colheita da safra de 2013/14, 780 mil hectares de cana-de-açúcar foram colhidos com a queima dos canaviais. Esse recurso exaure a umidade do solo, depredando os recursos hídricos. O consumo de água nas usinas ficou em 1,2 m³/t de cana processada. Se calcularmos a quantidade de água consumida nas usinas em São Paulo para processar a safra 2013/14, chegaremos a 440 milhões de m³ de água.

A pegada hídrica –o volume de água utilizado– para produzir um litro de etanol é de 2.100 litros, que se gasta desde a lavoura ao processamento nas usinas. Se uma família abastece seu carro com 40 litros de álcool por semana, terá usado para transporte 84,3 mil litros de água. Quem dera as pessoas da Grande São Paulo pudessem hoje fazer essa opção entre água e álcool.

Essa situação crítica foi antecipada há uma década por técnicos da área e nos planos elaborados, que apontavam para a escassez de água, na medida em que o consumo superaria a oferta. É pouco crível a atitude das autoridades de circunscrever as causas a fatores climáticos.

Não teremos uma solução mágica, mas, sim, um elenco de medidas a curto, médio e longo prazo que combinadas aumentem a oferta de água potável.

Dentre as soluções, a dessalinização da água do mar é uma alternativa de fornecimento de água potável na escala demandada. A empresa russa Rusatom, por exemplo, produz usinas nucleares flutuantes capaz de gerar energia para dessalinizar 240 mil m³ de água por dia.

Esse processo tem como grande impacto o consumo de energia. Portanto, usar uma fonte de energia que não cause impacto no sistema elétrico nacional é a saída.

ARLINDO FALCO JUNIOR, 60, engenheiro civil, é assessor da presidência do Nuclep - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A., empresa estatal responsável pela produção de equipamentos de grande porte. Foi subsecretário de Energia do Rio (1999-2000)

Marcos Palmeira vira corrupto na TV e repete Marina Silva ao falar de política. Mônica Bergamo – Folha de São Paulo, Colunistas. 21/12/2014

Marcos Palmeira, 51, bebia suco verde no café da manhã, em um hotel de SP, para encarar até a noite uma sequência de atividades. Eram entrevistas e eventos de divulgação de seu novo filme, "A Noite da Virada", que estreou na quinta. O ator falava de uma festa, no dia anterior, que premiou autores de projetos com foco social e ambiental.

"Sabe coisinhas pequenas que vão transformando?", pergunta ele ao repórter Joelmir Tavares. "Falei: gente, por que isso não tá bombando no Brasil? Porque só bomba o que é de R\$ 2 milhões, R\$ 10 milhões, R\$ 10 bilhões. Aí vai para o bolso de todo mundo. O Brasil virou isso", diz, com ar de decepção.

Ligado à ex-presidenciável Marina Silva, o ator até emenda papos sobre outros assuntos –como o vilão que fará na próxima novela das oito, a fazenda no Rio–, mas, sem perceber, sua fala mansa acaba desembocando na política.

Ele lembra encontros no interior do país com agricultores de um programa de economia sustentável. "Você dá a vara para o cara aprender a pescar." Defende "saltos" para o desenvolvimento do Brasil. "A gente continua no rame-rame. Os técnicos têm que estar à frente dos projetos, não os 'parceiros', os políticos."

Em apoio à ex-senadora, o ator chegou a se filiar ao PSB, que a abrigou na campanha. Deixou a sigla após o pleito. "Não via mais sentido. O PSB não é um partido que me representa. Ela [Marina] foi traída dentro do próprio PSB."

Também não seguiu adiante com o plano de ser candidato. Foi convidado para concorrer a governador do Rio, vice e senador. "A Marina queria que eu participasse. Mas aí seria fim de carreira. Não vou pegar esse pepino. Sou ator. Adoro a profissão."

Corta uma fatia de tapioca de queijo –fora de casa, excepcionalmente naquele dia abria mão da dieta orgânica– e diz que lhe faltaria "temperamento" para a vida pública. "Não conseguiria debater com um corrupto. Falaria: 'Você é um ladrão!'. Eu viraria folclore da política, seria 'o doido'."

Coincidência ou não, Palmeira vai encarnar um papel assim em "Babilônia", trama da Globo que começa a gravar nesta semana: será um prefeito mau-caráter que se envolve com Gloria Pires, na pele de dona de empreiteira.

Já no banco de trás do carro que o leva dos Jardins para outro hotel, no Itaim Bibi, para falar com a imprensa sobre o filme, palpita que "Babilônia" será "uma 'Vale Tudo' dos anos 2000". O folhetim de 1988, também escrito por Gilberto Braga, terminou com um empresário trambiqueiro dando uma "banana" para o país e fugindo impune.

"Espero que agora acabe com as grades da prisão se fechando." Mas rejeita a ideia de que a cena refletiria o Brasil atual. "Quem está preso do mensalão? Tem uma mudança [de comportamento], mas os caras são vistos como heróis. Nenhum foi condenado dentro do próprio PT."

Em nome da "mudança", o ator apoiou o tucano Aécio Neves no segundo turno. "Tivemos 20 anos de ditadura e já vamos para 20 anos de PT. Tá errado." Votou em Lula em 2002. "Quando acho que até o Fernando Henrique Cardoso deve ter votado, porque era a hora dele [Lula]."

Sobe o tom ao criticar a escolha da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), líder do agronegócio e colunista da Folha, para ministra da Agricultura. "É botar a raposa para cuidar dos ovos. Não tem como dar certo. Mas, para quem tem um ministro de Minas e Energia como Edison Lobão, que não entende nada do assunto, Kátia é até mais interessante. Fala um pouco melhor."

Palmeira defende o ambiente e os índios. Participa de campanhas contra a usina hidrelétrica de Belo Monte. "Não vai resolver o problema [da energia]. A gente vive em função de grandes obras. É o dinheiro para as empreiteiras."

Endossa a tese de que "o marketing foi brutal" na campanha. "A Marina sofreu muito. Foi agredida por ex-aliados. Ela se tocou que é um ninho de cobras." Mas acredita que possa haver "estranhos" nesse ninho. "Dá para trabalhar com os bons. E tem bons em todos os partidos."

Também menciona a "polarização", expressão muito dita pela candidata. "Foi uma coisa idiota. As pessoas brigaram horrores. De repente, o Aécio virou um crápula para alguns. E a Dilma virou salvadora da pátria. A discussão era mais simples: quem é a favor da mudança?"

Defende menos burocracia para o setor audiovisual e o teatro. "A bilheteria não paga a peça. Tem meia-entrada, 'Bolsa Teatro'. Pô, o Brasil tinha que ter patrocínio da Louis Vuitton e da Gucci, porque são só as bolsas", brinca, referindo-se ao Bolsa Família.

Palmeira diz enxergar a vida com leveza. Num intervalo do dia de trabalho, ele dá uma volta por uma feira livre em frente ao hotel no Itaim. Vê em uma banca a placa "legumes sem agrotóxico, direto do sítio" e diz: "Esse aqui eu duvido... Vai que teve adubo químico?". Um burburinho se forma em volta. Senhoras pedem para tirar foto. O ator sorri.

"Se eu pudesse ser reconhecido pelo trabalho e desconhecido pela aparência, seria o ideal", diz ele, que está namorando, mas não revela quem. "Prezo a privacidade", afirma o ator, que já se envolveu com beldades como as atrizes Ana Paula Arósio e Luana Piovani. Foi casado com a diretora Amora Mautner, mãe de sua filha, Júlia, 7.

Nas poucas horas vagas, leva a menina para patinar, nadar e andar de bicicleta. "Mas fico menos tempo do que gostaria." Precisa se dedicar ainda à sua fazenda de cultivo orgânico e ao armazém no Leblon, no Rio, onde vende sua produção e a de parceiros.

O rosto do ator estampa embalagens de cenoura, queijo, mel. "A gente, como artista, vende a imagem para produto que nem consome. Boto a cara numa coisa em que acredito." No papel de produtor rural, seu plano é profissionalizar a gestão e produzir mais leite. "Tiro 250 litros por dia e quero chegar a mil."

Mas ainda é a arte que paga suas contas. Abriu mão de contrato fixo com a Globo quando foi chamado pelo canal a cabo HBO para fazer o protagonista de "Mandrake". A série o levou a ser indicado a melhor ator em 2013 no Emmy, o "Oscar" da TV mundial.

"Não sou deslumbrado. Tento ser simples", diz ele, adepto da teoria de que dá para fazer de tudo na vida, mas com equilíbrio. "Não pode achar que é um desbunde... Mas às vezes tem que desopilar, extravasar, falar bobagem. Meter o pé na jaca, senão a alma sofre", diz, rindo. Se a jaca for orgânica, melhor ainda.

Tesouro obtém R\$ 18 milhões com renegociação e liquidação. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 26/12/2014

O Tesouro Nacional já arrecadou R\$ 18,2 milhões este ano com a renegociação e a liquidação de dívidas antigas com o crédito rural contraídas por agricultores principalmente no Banco do Brasil, mas assumidas pela União nos últimos anos, informou a Procuradoria-Geral da União ao Valor. Esse montante já equivale a 11% de todo o balanço de arrecadações da Advocacia Geral da União (AGU) em 2014 e refere-se ao pagamento integral ou parcial de dívidas rurais crônicas que se arrastavam desde a década de 1990 na Justiça, mas não eram pagas.

Esses valores foram contabilizados entre junho e novembro de 2014 por um canal específico do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), criado este ano para registrar o fluxo de pagamento de débitos com essa modalidade de crédito.

E são resultado de atuação específica da AGU - órgão federal responsável por defender na Justiça causas da União - para recuperação de créditos rurais em geral, créditos referentes ao Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), de 1998, e de programas de financiamento rural como Prodecer (Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados), Profir (equipamentos de irrigação) e Provárzeas (várzeas irrigáveis).

Segundo o diretor do Departamento de Patrimônio Público e Probidade Administrativa da AGU, Renato Dantas de Araújo, antes de junho a AGU não dispunha de uma ferramenta exclusiva para atestar com precisão se os tomadores de empréstimos rurais estavam quitando seus débitos. Mas com a complexidade do modelo de crédito rural e o acúmulo de passivos de produtores rurais com a União houve necessidade de se criar regras específicas para induzir o pagamento desses empréstimos.

"Ao recuperar esse crédito, além de aliviar a máquina do Judiciário e da AGU, trazemos recursos para o Tesouro", explica Dantas. "[dívida com crédito rural] É um tema que passou a demandar muito a AGU desde 2011. Depois disso passamos [AGU] a gerenciar. Então nesse momento a União quis criar um modelo específico para renegociação de dívidas de crédito rural", conclui.

Recentemente, a AGU publicou uma portaria (457/2014) no Diário Oficial da União que traz regras e estende para 15 de dezembro o prazo máximo para que produtores rurais requeiram a renegociação de dívidas ou liquidem definitivamente seus débitos. A norma apenas regulamenta a Lei 13.043, de novembro deste ano, que abre a possibilidade de renegociação dessas dívidas.

A Lei também concede descontos no caso de saneamento de dívidas, cujos saldos devedores são de no mínimo R\$ 10 mil, que podem variar entre 33% e 65% do valor devido para os casos de renegociação e entre 38% e 70% para casos de liquidação.

Corte manual da cana em SP segue no foco do Ministério Público. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 26/12/2014

Apesar do avanço da mecanização da colheita da cana, uma área equivalente a 10% dos canaviais paulistas ainda é colhida manualmente. E embora envolva um contingente bem menor de pessoas do que há uma década, o corte manual de cana continua na mira do Ministério Público do Trabalho (MPT), cujas ações seguem gerando decisões judiciais em busca de ajustes nas condições desse tipo trabalho.

Pelo menos cinco decisões judiciais desfavoráveis a usinas de cana foram tomadas neste ano em São Paulo. Os acórdãos tratam, essencialmente, de duas questões: a obrigatoriedade de as empresas interromperem o corte da cana diante de elevadas temperaturas, sem prejuízo ao salário do trabalhador, e a suspensão do pagamento do salário (ou parte dele) por produção.

Os grupos empresariais recorreram e, alguns deles conseguiram suspender as decisões até o julgamento do recurso. Mas as questões estão sujeitas ao vaivém da Justiça e devem ainda ter desdobramentos.

Os processos derivam de ações civis públicas movidas pelo MPT do Estado. Entre eles está o que condenou a unidade da Unialco, em Guararapes, a pôr fim ao pagamento por produção e a interromper o trabalho de corte e plantio manuais quando a temperatura chega a níveis que a legislação considera insalubres. A Pioneiros Bioenergia, de Sud Menucci, do grupo Santa Adélia, também foi afetada em setembro por sentença semelhante da Vara Itinerante de Pereira Barreto.

A Vara do Trabalho de Araçatuba também condenou três usinas da Raízen, controlada pela Cosan e pela Shell, pela mesma razão.

As sentenças, de primeira instância, foram favoráveis ao MPT, condenando as usinas a implementar pausas diante de calor excessivo, a suspender pagamento por produção e, em alguns casos, houve multa por danos morais coletivos. Em abril deste ano, a Justiça também fez acordo para ver cumpridas as mesmas obrigações pela Da Mata Açúcar e Álcool já a partir da próxima safra, a 2015/16. As usinas foram procuradas pela reportagem, mas somente a Raízen concedeu entrevista.

A Raízen argumentou à Justiça que autoriza pequenas pausas espontâneas dos cortadores de cana, assim como mantém áreas de vivência com sombra e água potável, além de distribuir repositor "eletrolítico e garrafastérmicas".

Nos despachos, os juízes que julgam essas ações reconhecem que houve avanço do setor em combater os "malefícios" desse tipo de trabalho braçal. No entanto, consideram que os avanços ainda são insuficientes para estabelecer uma condição digna ao cortador.

No caso da Raízen, o magistrado contra-argumenta: "a reclamada fez questão de destacar que os empregados podem usufruí-las [pausas] quando melhor lhes aprouver. Bem, parece evidente que seja assim, pois é passado o tempo em que um feitor castigava quem ousasse parar para descansar".

Portanto, segundo o magistrado, não é uma questão apenas de liberdade, mas de conveniência do empregado em parar para descansar. "Com efeito, não há mais necessidade de manter alguém na guarda do trabalhador para lhe exigir o máximo de esforço, pois o dinheiro faz as vezes no mundo contemporâneo", afirmou o magistrado.

O diretor de Recursos Humanos da Raízen Energia, Luiz Carlos Vegin, defende que o ritmo de trabalho é adequado. O cortador de cana, diz Vegin, tem uma jornada de sete horas e vinte minutos de trabalho, horário de almoço e duas pausas de 10 minutos cada. Há ainda, segundo ele, as pausas espontâneas, quando ele interrompe o trabalho para amolar ferramentas, tomar soro ou beber água. "Temos medidas que mitigam o trabalho ininterrupto. Temos área de vivência na sombra, onde ele pode descansar", afirma Vegin.

Quanto ao pagamento de salário por produção, os trabalhadores rurais têm um salário fixo mensal - o piso é de R\$ 900 -, e recebem um adicional por produção, que eleva esse valor a R\$ 1,250 mil. "Essa sistemática de ganho por produtividade não se restringe ao

trabalho manual. É adotada em outros setores da empresa, inclusive o mecanizado", diz Vegin.

Atualmente, 800 pessoas trabalham no corte da cana e em outras funções braçais, como a de produção de mudas, na Raízen. Há sete ou oito anos, eram de 15 mil a 16 mil, segundo o executivo. Em todo o setor, o movimento foi semelhante. Em 7 anos, o número de trabalhadores canavieiros caiu 52%, para 162,567 mil pessoas, segundo dados do Caged, compilados pela Unesp de Jaboticabal.

Tereza Campello é confirmada como ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 31/12/2014

Economista esteve à frente das principais políticas sociais do governo federal, como o Plano Brasil Sem Miséria, durante o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff

Brasília, 31 – A ministra Tereza Campello foi confirmada para mais um mandato no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O anúncio foi feito pelo Palácio do Planalto nesta quarta-feira (31), por meio de nota oficial. Campello assumiu pela primeira vez a pasta em de janeiro de 2011, no início do primeiro mandato da presidenta da República, Dilma Rousseff.

Durante a primeira gestão à frente do MDS, Tereza Campello liderou a coordenação do Plano Brasil Sem Miséria que, dividido em três eixos – garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva -, cumpriu todas as metas: mais de 22 milhões de pessoas foram mantidas fora da linha da extrema pobreza, quase 1,4 milhão de famílias pobres foram localizadas por meio da estratégia de Busca Ativa mais de 1,5 milhão de matrículas foram realizadas nos cursos de capacitação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) Brasil Sem Miséria.

O Brasil Sem Miséria possibilitou ainda que 702 mil crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família fossem matriculadas em creches e 9,1 milhões de doses de sulfato ferroso, distribuídas para menores de dois anos.

No semiárido, foram entregues mais de 771 mil cisternas para o consumo humano e outras 98,5 tecnologias sociais para apoiar a produção no semiárido. Também no campo, mais de 354 mil agricultores familiares receberam assistência técnica e extensão rural por meio do Programa Fomento às Atividades Rurais e quase 370 mil casas receberam energia elétrica com o Programa Luz Para Todos.

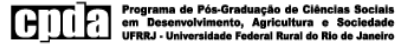
Os efeitos das políticas sociais brasileiras possibilitaram à ministra do Desenvolvimento Social presenciar a saída do Brasil do Mapa da Fome das Nações Unidas, em 2014, segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Relatório da organização apontou uma queda de 82% da população de brasileiros considerados em situação de subalimentação entre 2002 e 2013.

Tereza Campello é economista e participou da equipe de transição da primeira gestão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, compôs a coordenação do grupo de trabalho que concebeu o Programa Bolsa Família e foi subchefe adjunta de Articulação e Monitoramento da Casa Civil.

Coordenador
Sergio Leite



Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Secretária
Diva de Faria